

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SANTANA E APORÉ

SECRETARIA EXECUTIVA DO CBH SANTANA E APORÉ


Rua: Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Q-3, S.3, Parque dos Poderes-Campo Grande-MS
CEP: 79031-902 Fones: (67) 3941-0061 Email: cbhsantana.apore@gmail.com

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte cinco, a diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Santana e Aporé (CBH SANTANA E APORÉ), no uso de suas atribuições, realizou a 26ª Reunião Ordinária online pela plataforma ZOOM, com início às 8h30min (MS). Estavam presentes os membros: Fábio Carvalho Macedo (Sindicato Rural de Paranaíba), Claudete Bruschi (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul), Ana Rita Faustino de Freitas Duarte (Prefeitura Municipal de Paranaíba), Paulo Sérgio Gomes (Amigos da Natureza do Bolsão – ANB), Regiane Furtado de Miranda (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – Famasul), Raphael Cardoso da Silva (Prefeitura Municipal Chapadão do Sul), Raphael Antonio de Oliveira Silva (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Paranaíba/MS), Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo (Serviço Nacional de Aprendizado Rural Administração Regional de MS – Senar), Daiane Reis do Nascimento (Conselho Municipal de Meio Ambiente de Chapadão do Sul), Dulcélya Mônica de Queiroz Souza (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – Sanesul), André Bartolomeu Piesanti (Fundação Chapadão), Kleber Augusto Gastaldi (Conselho Consultivo e Gestor da Unidade de Conservação APA das Bacias do Rio Aporé e do Rio Sucuriú), Eduardo Pretto Freitas (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul - CREA/MS), Leila Mussi (Amigos da Natureza do Bolsão – ANB), Adenilson Pereira de Camargo (Sindicato Rural de Cassilândia), Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – Abragel), Lilian Maria Lorenzon (Conselho Consultivo e Gestor da Unidade de Conservação APA das Bacias do Rio Aporé e do Rio Sucuriú). Convidados: João Paulo Hidalgo Cezosimo (Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado) e Ana Luiza Lira Warde (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – Imasul). O Presidente Fábio Carvalho Macedo (Sindicato Rural de Paranaíba) deu boas vindas a todos, reforçou que haverá votação e que nesse processo somente vota o titular ou o suplente, na sua ausência. Realizou-se a verificação de quórum e anunciou-se novos membros, como Ana Rita Duarte. Iniciou-se a reunião pelo item **1 - Aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária**. Fábio pontuou um erro na escrita de seu nome, e não havendo outras correções a Ata foi aprovada. Após, deu-se continuidade na reunião pelo item **2 - Deliberação CBH Santana e Aporé nº 28/2024 - Aprova a Agenda de Reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santana e Aporé para 2025**. O presidente Fábio Carvalho Macedo informou que a primeira reunião da agenda era a 26ª Reunião Ordinária que estava acontecendo naquele momento, no dia 11 de março de 2025; além disso, propôs a 27ª Reunião Ordinária para o dia 6 de maio de 2025 e a 28ª Reunião Ordinária para o dia 9 de setembro de 2025. Não houve oposições às datas propostas e a Deliberação nº 28/2024 foi aprovada. Em sequência, abordou-se o item **3 - Deliberação CBH Santana e Aporé nº 29/2025 - Alteração do Regimento Interno do CBH Santana e Aporé**. O presidente recapitula que houve a concordância da plenária em votar essa Deliberação, que teve muitas propostas de alteração para serem analisadas, nessa reunião. Ainda, esclarece que o prazo para sugerir alteração era até 5 de novembro de 2024, sendo desconsideradas as proposições após essa data. Além disso, informa que as dúvidas poderiam ser tiradas até 21 de fevereiro de 2025. Inicia-se a apresentação da proposta de Regimento Interno do CBH Santana e Aporé que será encaminhada para análise do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Leila Mussi expõe que encaminhou sugestões de melhorias na noite anterior e Fábio explica que não foram acatadas devido ao prazo. Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo questiona se diante da alteração do primeiro artigo, no que diz respeito ao número da Resolução do CERH, ele terá de ser alterado novamente quando for novamente aprovado. Claudete ex-


54 plica que não, pois considera mais relevante citar a Resolução que cria o Comitê, desse
55 modo não há a necessidade de alteração do Regimento Interno com frequência. Em
56 seguida, há a discussão da inversão, proposta por Leila Mussi, dos artigos 2º e 3º. Ana
57 Beatriz coloca em pauta a significado da palavra “abrange os municípios” no artigo em
58 questão. Com a concordância de outros membros, trocou-se a palavra por “compreende
59 parcialmente os municípios” e inverte-se os artigos 2º e 3º. Discute-se no artigo 6º, que
60 trata das competências, inciso III a diferença de Agência de Bacia e Agência de Água,
61 Claudete expõe que pesquisou em outros regimentos e que o primeiro termo é a forma
62 mais utilizada e é a que foi acatada pelo grupo. Com relação ao inciso VII do mesmo artigo
63 manteve-se a redação original. Ainda no artigo que trata das competências, inciso XV foi
64 definido, após deliberação, que seria mantida a menção ao Decreto que regulamenta o
65 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. No capítulo da composição do CBH Santana e
66 Aporé, artigo 7º, há duas propostas: Paulo coloca a palavra “obrigatória” nas vagas do
67 poder público municipal e Claudete sugere a palavra “preferencialmente” para uma
68 redação mais abrangente. Ana Beatriz questiona Claudete sobre como funciona essa prefer-
69 ência na prática. Claudete responde que as prefeituras municipais têm preferencialmente
70 quatro vagas para preencher no CBH Santana e Aporé. Diante disso, manteve-se a redação
71 original, trocando a palavra “obrigatória” por “preferencialmente”. No inciso IV do mesmo
72 artigo, Claudete elucidou a necessidade de suprimir o termo “no mínimo” e acrescentar “se
73 houver”, para deixar a redação do artigo mais assertiva. Adiante, foi apresentado o Capí-
74 tulo das Eleições, artigo 8º, cuja redação foi proposta e explanada pela Claudete. Ana Beat-
75 riz coloca que em outros comitês há a menção na redação da paridade dos membros, em
76 detrimento da comissão coordenada pelo órgão gestor. Claudete responde que pode haver
77 conflito de interesses caso outros segmentos possam coordenar a comissão eleitoral. Para
78 pacificar o assunto, Ana Beatriz sugere acrescentar no inciso II que a deliberação que cria a
79 comissão seja aprovada pela plenária e publicada. O próximo tópico discutido é o inciso II,
80 em que a palavra “sede” é chave na decisão, Paulo defende que muitas entidades partici-
81 param mas não eram conhecidas suas atuações na bacia. Claudete responde que se for o
82 caso de um usuário, basta que haja a outorga na bacia para sua participação no comitê, in-
83 dependentemente do seu local de sede, ficando a maioria em concordância na não colo-
84 cação da palavra “sede”. A seguir ocorre a exposição da nova redação do inciso III, em que
85 Claudete propõe a troca da palavra “escolhidos” por “eleitos”, a fim de tornar a redação
86 mais fiel com a realidade e Paulo propõe a inclusão da palavra “sede” para que os mem-
87 bros da sociedade civil tenham sede nos municípios cuja área esteja total ou parcialmente
88 na bacia hidrográfica dos rios Santana e Aporé. De mesmo modo, a proposta da inserção
89 da obrigatoriedade de sede na bacia foi vetada por maioria por restringir a participação do
90 segmento no comitê. Leila Mussi exclama que em todos os comitês de que participam a
91 representação da sociedade civil é deixada de lado por interesses políticos, sindicais e de
92 empresários. Ela faz um alerta para se pensar mais na participação da sociedade civil. O
93 consenso foi de se manter a redação original apenas com a mudança sugerida pela
94 Claudete. No artigo 10, Leila Mussi tornou sua redação mais objetiva suprimindo a palavra
95 “ações”. No artigo 11, há a proposta de inserção de parágrafo único para não haver vaga
96 sem preenchimento no final do cadastramento. A redação do artigo 14 foi colocada para
97 discussão pois alterou-se nele a possibilidade de essas reuniões serem online, conforme ne-
98 cessidade, bem como a convocação de reuniões extraordinárias caso seja solicitada por
99 metade dos membros mais um. No artigo 24, discorreu-se sobre suprimir o termo “res-
100 olução”, tendo em vista não ser competência dos comitês de bacia, deixando somente a de-
101 liberação e a moção como formas de manifestação do plenário. Paulo sugeriu adicionar,
102 com base em um comitê do Rio de Janeiro, “recomendação” como forma de manifestação
103 do plenário, entretanto, houve discordância devido a moção já abranger manifestações de
104 outra natureza. O artigo 27 foi colocado em pauta e Leila Mussi e pontua que em toda leg-
105 islação que se coloca prazo de até trinta dias, é importante colocar a referencia do dia 1 ex-
106 plícita. Claudete discorda pois acredita estar implícito no texto. Os membros acatam a sug-

estão da Leila para não haver dupla interpretação e haver segurança jurídica. A sessão da diretoria sofre algumas alterações redacionais em seu artigo 28, com a inserção do termo “preferência”. Além disso, em seu parágrafo quarto há sugestão de redação para explicitar que não haverá casos de substituição dos cargos da diretoria, pois são pessoais e intransferíveis. Paulo questiona na Sub-Seção V o caso de empate, que não está regulamentado no regimento interno. Diante desse cenário, Claudete responde que não houve essa proposição em tempo oportuno, em que foi aberto espaço para sugestões, portanto não foi possível acatar nesse momento de votação. Em se tratar das Câmaras Técnicas, Paulo propôs que fossem indicadas que elas poderiam ser em caráter permanente ou temporário, sendo adicionado ao texto regimental em seu artigo 40. Ainda sobre as Câmaras Técnicas, foi aumentado o prazo de vigência de seus membros de dois para três anos. No artigo 48, que trata do processo de desligamento, em seu parágrafo segundo, rege-se a forma com a qual a indicação do substituto deve acontecer (ofício com nome e contato). Claudete expõe a proposta de inclusão do artigo 53 para segurança regimental, uma vez que trata da manutenção da responsabilidade da diretoria até a próxima posse. Leila Mussi alega que as disposições gerais e transitórias devem se ater somente a arremates. Os demais artigos foram aprovados pelos membros sem alterações. Foi solicitado pelos membros a cópia do regimento interno corrigido para conhecimento do que foi deliberado. O presidente Fabio reforça que o regimento deverá ser deliberado e, se for o caso, aprovado pelo CERH. **Informes Gerais.** Claudete mostra o cronograma do CBH Paranaíba para apresentação dos resultados parciais do estudo realizado pela Engecorps-Profill, empresa responsável junto com o Grupo de Trabalho para Revisão do Plano e Enquadramento do CBH Paranaíba. Além disso, ela convida para os membros participarem do Seminário Estadual da Água de Mato Grosso do Sul, que ocorrerá no dia 21 de março de 2025. Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente Fábio declarou encerrada a 26ª Reunião Ordinária. Esta Ata será assinada pelo Presidente e pela Secretária Executiva do CBH Santana e Aporé, anexada a lista de presença

Documento assinado digitalmente
 **FABIO CARVALHO MACEDO**
Data: 09/12/2025 15:34:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Carvalho Macedo
Presidente – CBH Santana e Aporé

Campo Grande, 11 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDETE DE FATIMA PADILHA DE SOUZA BRU:**
Data: 09/12/2025 15:07:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Claudete de F.P.de S. Bruschi
1ª Secretaria do CBH Santana e Aporé

ANEXO - Lista de Presença

26ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Santana e Aporé
11/03/2025, às 8h30min - Plataforma ZOOM



LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	TITULAR/ SUPLENTE / CONVIDADO	SEGMENTO
Fábio Carvalho Macedo	Sindicato Rural de Paranaíba	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
ANA RITA FAUSTINO DE FREITAS DUARTE	Prefeitura Municipal de Paranaíba	TITULAR	PODER PÚBLICO
PAULO SERGIO GOMES	ANB – Amigos da Natureza do Bolsão	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Regiane Furtado de Miranda	FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul	TITULAR	USUÁRIOS
Raphael Cardoso da Silva	Prefeitura Municipal Chapadão do Sul	TITULAR	PODER PÚBLICO
Raphael Antonio de Oliveira Silva	UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Paranaíba/MS	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
João Paulo Hidalgo Cerzoso	Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado	CONVIDADO	PODER PÚBLICO
Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo	SENAR – Serviço Nacional de Aprendizado Rural Administração Regional de MS	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Daiane Reis do Nascimento	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Chapadão do Sul	TITULAR	PODER PÚBLICO
Dulcélya Mônica de Queiroz Souza Souza	SANESUL – Empresa de Saneamento de MS	TITULAR	USUÁRIOS
André Bartolomeu Piesanti	Fundação Chapadão	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Leila Mussi	ANB – Amigos da Natureza do Bolsão	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL
Adenilson Pereira de Camargo	Sindicato Rural de Cassilândia	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas	ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa	SUPLENTE	USUÁRIOS
Kleber Augusto Gastaldi	Conselho Consultivo e Gestor da Unidade de Conservação APA das Bacias do Rio	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Lilian Maria Lorenzon	Conselho Consultivo e Gestor da Unidade de Conservação APA das Bacias do Rio	SUPLENTE	SOCIEDADE CIVIL
Eduardo Pretto Freitas	CREA/MS - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul	TITULAR	SOCIEDADE CIVIL
Claudete Bruschi	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	SUPLENTE	PODER PÚBLICO
Ana Luiza Lira Warde	IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul	CONVIDADO	PODER PÚBLICO

152